

**4ª CÂMARA CÍVEL**

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 328835-7 Recife (31ª Vara Civil)  
Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A  
Agravado: Inácio Ferreira Sales Júnior  
Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho  
Rel Subst: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

**ACÓRDÃO**

**EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO À INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. PAGAMENTO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL DE REPERCUSSÃO INTENSA DE AMBAS AS MÃOS E DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO. CONFIGURAÇÃO. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO INSUFICIENTE. COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. OBEDIÊNCIA A SÚMULA 474 DO STJ. RECURSO IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.**

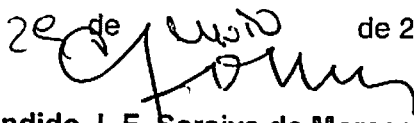
1. A perda anatômica ou funcional de estrutura do membro superior direito caracteriza invalidez permanente parcial incompleta, nos termos do art. 3º, § 1º, inc. II da Lei 6.194/74, enquanto a perda anatômica ou funcional de ambas as mãos caracteriza invalidez permanente total, nos termos do art. 3º, § 1º, inc. I da referida lei.
2. Complementação da indenização mantida em R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais) em função de diferença entre o valor pago administrativamente e a quantia estabelecida na Lei nº 11.945/09.
3. É pacífica a aplicabilidade da proporcionalidade no cálculo das indenizações do seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial, conforme preceitua a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça..
4. Recurso de Agravo Legal improcedente. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 328835-7**, em que figuram como agravante **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A** e, como agravado, **Inácio Ferreira Sales Júnior**,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de agravo interposto, de conformidade com o relatório, voto e notas taquigráficas, que devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 20 de maio de 2014.

  
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes  
Relator Substituto

Ed A



**4ª CÂMARA CÍVEL**

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 328835-7 Recife (31ª Vara Civil)

Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A

Agravado: Inácio Ferreira Sales Júnior

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Rel Subst: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

**RELATÓRIO**

**Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A** interpôs recurso de agravo em face de decisão terminativa monocrática que **NEGOU PROVIMENTO** ao recurso de apelação oferecido pela ora recorrente, mantendo a decisão proferida nos autos da Ação de Cobrança de Complemento de Seguro DPVAT nº 0175533-05.2012.8.17.0001.

Narra a inicial que o demandante em 22 de outubro de 2011 foi vítima de acidente de trânsito, tendo sofrido lesões que ocasionaram invalidez permanente.

Pugnou o autor/agravado pelo recebimento de complementação à indenização paga administrativamente referente ao seguro DPVAT em decorrência de acidente automobilístico.

Diante da sentença que acolheu o pedido do autor, a ora recorrente apresentou recurso apelatório, tendo sido negado o provimento ao pleito recursal.

Irresignada, Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A apresentou o presente recurso de agravo, requerendo a reformulação da decisão monocrática anterior, para considerar que o pagamento indenizatório deve ser proporcional ao grau da invalidez parcial sofrida, conforme dispõe a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça.

Afirma que a lesão cingiu-se a ambos os membros superiores, sendo o pagamento determinado superior ao montante que entende devido.

Ao final, pleiteia a reconsideração da decisão e, acaso não atendido o pleito, pugna pela submissão do presente recurso ao órgão colegiado.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este agravo à apreciação da Câmara.

É o relatório.

Recife, 29 de maio de 2014.

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator Substituto

**4ª CÂMARA CÍVEL**

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 328835-7 Recife (31ª Vara Civil)

Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A

Agravado: Inácio Ferreira Sales Júnior

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Rel Subst: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

**VOTO**

Requer a agravante a reconsideração da decisão terminativa proferida (fls. 105/109).

O presente recurso apresenta-se em condições de um juízo de admissibilidade positivo, reunindo tempestividade e demais requisitos procedimentais necessários a seu conhecimento, razão pela qual adentro ao exame do mérito.

A lide tem por objeto o recebimento de complementação à indenização paga administrativamente referente ao seguro DPVAT em decorrência de acidente automobilístico ocorrido em 22 de outubro de 2011.

A agravante afirma que o pagamento deve se restringir ao montante de R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais), em obediência aos ditames de tabela de danos corporais elaborada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Nessa seara, afirma que a lesão cingiu-se aos membros superiores e em grau intenso.

Analisando o laudo médico (fls. 54/55), entendo que o médico ortopedista Mauricio C. Leal Vieira, CRM 12396-PE, afirma que o acidente ocorrido gerou *"grave sequela em mão direita (dor + edema + rigidez) + grave déficit em mão esquerda – sequela definitiva (+/- 70%)"* e *"sequela definitiva em MSD (+/- 80%)"*.

Com isso, conforme exposto na decisão monocrática, analisando o laudo médico, tenho que resta configurada que a invalidez abarcou ambas as mãos e o membro superior direito (MSD).

Quanto à repercussão das lesões, entendo ter ocorrido a perda funcional de ambas as mãos caracterizando-se o dano corporal total, conforme exposto na tabela presente na Lei nº 6.194/74 (inserida pela Lei nº 11.945/09). A lesão foi de caráter intenso, em razão das porcentagens especificadas pelo laudo médico supracitado.

Em relação ao membro superior esquerdo, tenho que a invalidez foi de intensa gravidade, conforme assinalado pelo mesmo laudo médico.

Dito isto, infiro do laudo médico fornecido (fls. 54/55), que a invalidez sofrida pela parte é mais gravosa à alegada pela agravante. Dessa forma, entendo que as lesões sofridas caracterizam a **invalidez permanente parcial de repercussão intensa do membro inferior direito e invalidez permanente total em repercussão intensa de ambas as mãos**, conforme delineado na Lei nº 11.945/2009. A seguir a tabela prevista na referida lei:

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
<b>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés</b>	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	<b>100</b>

Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
<u>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos</u>	<u>70</u>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	

Com isso, no caso em questão, a indenização a ser paga em favor do apelante deve corresponder a 75% (setenta e cinco por cento) de 100% (cem por cento) do valor total da indenização (R\$ 13.500,00), ou seja, R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais), correspondente à invalidez permanente total de repercussão intensa de ambas as mãos e a 75% (setenta e cinco por cento) de 70% (setenta por cento) do valor total indenizatório (R\$ 13.500,00), isto é, R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) referente à invalidez permanente parcial de repercussão intensa ocorrida no membro inferior direito, devendo, conforme estabelecido no inciso II do § 1º do art. 3º da Lei nº 6194/74, *in verbis*:

*Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - [...]*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;*  
*e*

*III - [...]*

*§ 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

*I - [...]*

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. - [destaquei]*

Assim, somando o valor das indenizações a que a vítima teria direito pelos danos sofridos e comprovados no laudo médico, ultrapassaria o limite máximo da cobertura (R\$ 13.500,00), razão pela qual a indenização deve ser limitada a este valor, em virtude do disposto no inciso II do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Com isso, tenho que a sentença e a decisão terminativa apresentam devida obediência à proporcionalidade da indenização em relação ao grau da debilidade permanente sofrida, em conformidade com a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe literalmente:

*"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez".*

Note-se, contudo, que desse montante (R\$ 13.500,00) deve ser abatido os valores já pagos administrativamente, a saber, R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco

reais), conforme o próprio segurado reconhece na inicial, às fls. 03, restando a pagar R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais), conforme decidido na sentença. 139 1

Isto posto, inexistindo nenhum fato novo para realizar o Juízo de retratação na decisão vergastada, mantenho a decisão recorrida em todos os seus fundamentos, pelo que voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014.



Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator Substituto

Ed A